

Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag**

✓ I – Apresentação

No dia 7/10/2019, as Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular receberam Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

✓ II – Presenças

- **Comissão de Administração Pública:** deputados João Magalhães (presidente da comissão e da reunião), Beatriz Cerqueira, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Andréia de Jesus (substituindo a deputada Beatriz Cerqueira), Doorgal Andrada (substituindo o deputado Osvaldo Lopes), Guilherme da Cunha (substituindo o deputado Raul Belém) e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Leonídio Bouças).
- **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:** deputados Virgílio Guimarães (vice-presidente), Doorgal Andrada, João Magalhães (substituindo o deputado Glaycon Franco), Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Fernando Pacheco), Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Hely Tarquínio), Tito Torres (substituindo a deputada Laura Serrano) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Virgílio Guimarães).
- **Comissão de Participação Popular:** deputados Doutor Jean Freire (presidente), André Quintão, Gustavo Valadares, Sávio Souza Cruz, Andréia de Jesus (substituindo o deputado André Quintão), Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Gustavo Valadares) e deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Cássio Soares).
- **Outras presenças:** deputadas Celise Laviola, Marília Campos, Rosângela Reis e deputados Antônio Carlos Arantes, Gil Pereira, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares,

Duarte Bechir, Charles Santos, Zé Guilherme, Bartô e Coronel Sandro.

III – Discussões

Pela ordem dos trabalhos, estabelecida nos arts. 7º e 8º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, o secretário de Estado de Planejamento e Gestão fez uma exposição sobre a gestão da Secretaria, ressaltou os principais pontos do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e destacou a importância da recuperação do equilíbrio econômico e financeiro do Estado e a necessidade de criação de empregos formais. Esclareceu que a meta do governo é a geração de 600 mil empregos até 2022. Também apresentou informações sobre os seguintes pontos:

Programa Transforma Minas – esclareceu se tratar de programa de seleção, avaliação e desenvolvimento de lideranças no Estado. Destacou que são oferecidas 148 vagas para formação desses líderes e que já foram selecionadas 124 pessoas, em um universo de 9 mil inscritos. Assinalou também que, até 2022, a meta do governo é preencher 325 vagas no programa. Destacou também que, ao final de 2019, serão formadas 43 lideranças por ele.

Programa Minas Atende – destacou a execução do programa “Alô Minas”, que pretende expandir o serviço de telefonia móvel a regiões do Estado que atualmente não contam com essa prestação. Segundo ele, a previsão de expansão é de 300 novas localidades atendidas até dezembro de 2021.

Orçamento Estadual – afirmou que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 já foi enviado à Assembleia Legislativa. Estimou a redução de gastos com custeio da ordem de R\$ 1,9 bilhão. Acrescentou que o Plano Plurianual de Ação Governamental também já foi encaminhado a essa Casa.

Medidas para Redução dos Gastos Públicos – asseverou que uma das formas que o Estado adotou para reduzir os gastos públicos foi a centralização de 96% das compras do Estado no mesmo órgão; além disso, houve a redução da frota de veículos e redução de gastos com a Cemig.

IPSEMG – afirmou que a situação fiscal do Instituto é atualmente equilibrada e que houve a amortização de R\$ 300 milhões em débitos atrasados. Segundo ele, o IPSM também tem situação

fiscal atualmente equilibrada.

Servidores Públicos – destacou que a última parcela do 13º salário relativo ao ano de 2018 devido aos servidores estaduais será paga em outubro de 2019. Também assinalou que em 2019 houve a nomeação de 425 investigadores da PCMG e 753 agentes penitenciários contratados em regime precário. Além disso, segundo ele, houve a contratação de mil profissionais de educação, mas não esclareceu para quais cargos ou funções.

Dada a palavra aos parlamentares presentes, as principais temáticas debatidas são as que se seguem.

1) Regularização da Cidade Administrativa

A apresentação da prestação de contas do secretário foi considerada pelos deputados, em alguns aspectos, um pouco deficiente, pois esperavam uma abordagem macro, mais prospectiva e mais estratégica, apontando soluções para enfrentar a grave situação financeira atual de Minas Gerais. Os parlamentares criticaram a omissão quanto a informações relativas à previsão de quitação dos restos a pagar e dos precatórios devidos pelo Estado. Além disso, criticou-se a falta de propostas concretas para implementar o equilíbrio fiscal das contas públicas. Nesse contexto foi apresentada a informação de que há um relatório sobre a cidade administrativa que indica que ela não foi legalizada até hoje.

Em resposta às questões levantadas, o secretário informou que a visão macroeconômica para o Estado está refletida no PMDI e que o aumento na arrecadação depende da atração de novos empreendimentos para Minas. Assinalou também que a regularização da Cidade Administrativa poderá proporcionar aumento na arrecadação de recursos, mas não esclareceu em que consistia essa regularização e como ela implicaria o aumento de receita estatal.

RQN 3.299/2019 (Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária)

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a regularização da Cidade Administrativa e como esse processo poderá resultar no aumento da receita estadual.

REQUERIMENTO

2) Pagamento de Emendas Populares ao PPAG

A falta de pagamento das emendas populares ao PPAG/2019 foi criticada pelos parlamentares, que ressaltaram que grande parte das emendas tem por objetivo a destinação de recursos a órgãos públicos estaduais e buscam a melhoria dos serviços prestados à população.

O secretário argumentou que a execução da maior parte dessas emendas ainda está em fase de planejamento e que nenhuma delas ainda foi executada. Essa informação levou os deputados a solicitarem empenho do secretário para que sejam executados o máximo possível de pagamentos das emendas populares ao PPAG/2019.

Compromisso do Secretário:

Emendas populares ao PPAG: ele argumentou que a execução da maior parte das emendas ainda está em fase de planejamento e que nenhuma delas ainda foi executada.

COMPROMISSO

RQN nº 3.301/2019 (Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária)

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o planejamento para pagamento dos R\$20 milhões destinados às emendas populares ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, dos quais R\$55 mil foram empenhados e nenhum pagamento foi executado até o momento.

REQUERIMENTO

3) Piso salarial nacional para os profissionais do magistério da rede estadual de ensino

Parlamentares questionaram o secretário sobre o cumprimento do mínimo constitucional em

educação pelo Estado e sobre o cumprimento da determinação de pagamento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino. Argumentaram que, nos primeiros oito meses do ano, Minas Gerais deixou de investir na manutenção e desenvolvimento do ensino o valor de R\$ 2.419.570.325,00, o que equivale ao valor de quatro meses da folha de pagamento da Educação. Foi também questionada a afirmação do secretário de que houve uma redução de custos de R\$ 1,5 bilhão com despesas de pessoal. Questionaram também sobre a previsão de novos concursos para provimento de cargos nas áreas de educação.

O secretário esclareceu que o valor liquidado e gasto pelo Estado com educação em 2019 é maior do que todos os gastos feitos pelo Estado durante o exercício de 2018. E afirmou que não há previsão de realização de novos concursos públicos para provimento de cargos na área de educação em Minas.

Em réplica, parlamentares criticaram a falta de resposta ao questionamento sobre o pagamento do piso salarial nacional e demandaram a apresentação de planejamento para pagamento dessa reivindicação da categoria.

RQN nº 3.487/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciado no planejamento do Estado para a realização de concurso público para recomposição do pessoal da Educação, com previsão de data e número de vagas, por carreira.

REQUERIMENTO

4) Pagamento de benefícios aos filhos de hansenianos

A demanda por pagamento de benefícios aos filhos de hansenianos, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, foi objeto de discussão na reunião. Parlamentares argumentaram que já há legislação que determina o pagamento e que o relatório de gestão apresentado pela Seplag informava sobre a realização de uma reunião no primeiro dia de outubro para encaminhamentos nesse sentido. Por sua vez, o secretário esclareceu que ainda não há previsão de quando será realizado o pagamento das indenizações aos hansenianos, devido a precária situação financeira do Estado, mas que já

estão sendo discutidos os critérios para se iniciar o pagamento. Em réplica, parlamentares demandaram uma resposta mais efetiva em relação a essa temática.

<p>Compromissos do Secretário:</p> <p>Está sendo discutido o critério para se iniciar o pagamento dessas indenizações.</p>	COMPROMISSO REQUERIMENTO
<p><u>RQN nº 3.314/2019</u> (Comissão de Administração Pública)</p> <p>Pedido de informações para que seja enviado a esta Casa, para acompanhamento, o cronograma de pagamento de benefícios aos filhos dos hansenianos, conforme prevê a Lei nº 23.137, de 2018, que lhes garantiu esse benefício.</p>	

5) Curso de Formação de Soldados da PMMG

Durante a reunião, parlamentares externaram a preocupação com o aumento do número de pedidos de aposentadoria e de reforma dos agentes de segurança pública estadual, em especial de policiais civis e militares, que decorreriam da tramitação da proposta de reforma da previdência, atualmente em curso no Congresso Nacional. Destacou-se que, atualmente, o déficit de pessoal na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG atinge a cifra de 50%, situação que demandou a convocação de 87 candidatos aprovados excedentes ao número de vagas oferecidas no concurso de delegado da PCMG e demandou a convocação dos aprovados no concurso para soldados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG.

Sobre essas questões, o secretário afirmou que 76 novos delegados da PCMG seriam nomeados em 17/10/2019 e que já há autorização para abertura de nova turma para formação de outros 25 aprovados nesse mesmo concurso. Ademais, assinalou que em fevereiro de 2020 haverá o início de novo curso de formação de soldados da PMMG.

Em vista dessas informações, os deputados solicitaram empenho do secretário para que haja a antecipação da realização do curso para formação de soldados da PMMG, previsto para fevereiro de 2020.

Compromissos do Secretário

Nomeação de servidores: Ele afirmou que 76 novos delegados da PCMG seriam nomeados em 17/10/2019.

Curso de formação de soldados: Informou que já há autorização para abertura de nova turma para formação de outros 25 aprovados no mesmo concurso. E assinalou que em fevereiro de 2020 haverá o início de novo curso de formação de soldados da PMMG.

[RQN nº 3.330/2019](#) (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre a possibilidade de antecipação da realização do curso para formação de soldados da PMMG, previsto para fevereiro de 2020.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTO

6) Atração de investimentos no Estado

Durante os debates, foi destacada a importância da retomada do crescimento da economia estadual através da atração de investimentos no Estado. Ressaltou-se que o programa “Minas Atende” busca desburocratizar a estrutura administrativa do Estado. Nesse contexto, parlamentares solicitaram esclarecimentos sobre as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo para implementar a criação de novos empregos e sobre a desburocratização do Estado.

O secretário afirmou então que o superavit fiscal em Minas Gerais demanda a atração de novas empresas e que o Estado deve ser amigo do empreendedor, do investidor e do empresário. Segundo ele, há 1,7 milhão de desempregados em Minas atualmente. Acrescentou que o programa “Minas Atende” visa à facilitação da vida do cidadão e busca oferecer serviços públicos estaduais, mediante a redução de prazos para atendimento de pedidos de licenças estaduais. Informou também que houve um aumento do trabalho informatizado, que dispensa a presença física do cidadão nas repartições públicas. Segundo ele, o governo possui a meta de, até 2020, revisar processos internos e reduzir em 60% o número de documentos exigidos de empresas.

7) Regimes especiais de tributação e lista dos 100 maiores devedores do Estado

Os baixos gastos do governo com os serviços de saúde prestados à população foram criticados pelos deputados durante a reunião. Demandou-se, então, o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado e que fossem prestadas informações sobre a lista dos seus 100 maiores devedores e sobre as medidas adotadas para a cobrança dessas dívidas.

Em resposta, o secretário argumentou que a redução dos gastos do Estado está sendo realizada sem, no entanto, descumprimento dos repasses mínimos exigidos constitucionalmente para aplicação em saúde e educação. Acrescentou que o aumento da produtividade se dará mediante a revisão de contratos e maior eficiência nos gastos públicos.

Compromissos do Secretário

Gastos com saúde e educação: Afirmou que a redução dos gastos do Estado não afetará o cumprimento dos repasses mínimos exigidos constitucionalmente para aplicação em saúde e educação.

Eficiência nos gastos públicos: O aumento de produtividade do Estado será realizado mediante a revisão de contratos e maior eficiência nos gastos públicos.

RQN nº 3.309/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de providências para que se faça o reexame dos regimes especiais de tributação deferidos pelo Estado.

RQN nº 3.334/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre a lista dos 100 maiores devedores do Estado e sobre as medidas que estão sendo adotadas para a cobrança dessas dívidas.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

8) Comunitas

No contexto das discussões, lançou-se um questionamento sobre a atuação da organização Comunitas e seu possível envolvimento na gestão do governo atual. Parlamentares argumentaram que em agosto deste ano foi aprovado na Casa um requerimento solicitando informações sobre acordos do governo com a referida organização. Em resposta ao requerimento, foi recebido um

ofício da Seplag informando que o acordo é voltado para o estímulo de parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no envolvimento local e aprimoramento de serviços públicos. Também foi informado que no âmbito dessa parceria não há transferência de recursos financeiros. Contudo, para a maior parte dos questionamentos não foram apresentadas respostas satisfatórias no ofício encaminhado pela Seplag.

Foram então apresentados pelos parlamentares durante a reunião os seguintes questionamentos acerca da atuação da organização Comunitas no Estado: qual é a composição e identificação de seus membros; qual é a quantidade e a qualificação das pessoas da Comunitas que atuam para o Estado, esclarecendo se elas recebem algum tipo de remuneração e que funções desempenham; se existem eventuais benefícios governamentais concedidos às empresas ligadas ao núcleo de governança do programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável ou a líderes empresariais locais e a existência de eventuais débitos dessas empresas com o Estado; a existência de contratação de parceiros técnicos que atuam na identificação de desafios e execução de projetos correspondentes nos respectivos termos firmados entre a Comunitas e os referidos parceiros técnicos; a forma de participação da Comunitas nos estudos de reforma administrativa e do Plano de Recuperação Fiscal do Estado; desde quando a Comunitas participa das atividades e decisões do Estado; como pôde ser firmado tal termo de cooperação, uma vez que, na audiência pública da Comissão de Administração Pública, a Comunitas tinha situação irregular no Cadastro Geral de Convenientes e não tinha Certidão Negativa de Débito da Receita Federal; como pôde ser firmado o referido termo de cooperação sem observar tais fatos; a existência de alguma forma de compartilhamento de patrimônio público e de servidores públicos entre o Estado e a referida organização; quem paga pelos serviços prestados pela Comunitas, com a identificação nominal dos parceiros; considerando-se que o Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável é um programa amplo que busca estabelecer uma simbiose entre poder público e a iniciativa privada, questiona-se se a Comunitas também está colaborando com o regime de recuperação fiscal a ser proposto pelo governo.

Em resposta, o secretário esclareceu que a organização não ajuda no programa de recuperação fiscal e que as suas empresas não têm nenhum benefício fiscal do governo de Minas. Por fim, o secretário destacou que o grande número de questionamentos apresentados e a complexidade

deles ensinaria um novo estudo e comprometeu-se a respondê-los por escrito.

Compromissos do Secretário

Organização Comunitas: Encaminhará por escrito as respostas aos questionamentos feitos sobre o envolvimento do Estado com a referida organização.

RQN nº 3.319/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações acerca da atuação da organização Comunitas no Estado no que se refere: à composição e identificação de seus membros; à quantidade e à qualificação das pessoas da Comunitas que atuam para o Estado, esclarecendo se elas recebem algum tipo de remuneração e que funções desempenham; à existência de eventuais benefícios governamentais concedidos às empresas ligadas ao núcleo de governança do programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável ou a líderes empresariais locais e à existência de eventuais débitos dessas empresas com o Estado; à existência de contratação de parceiros técnicos que atuam na identificação de desafios e execução de projetos correspondentes nos respectivos termos firmados entre a Comunitas e os referidos parceiros técnicos; à forma de participação da Comunitas nos estudos de reforma administrativa e do Plano de Recuperação Fiscal do Estado; desde quando a Comunitas participa das atividades e decisões do Estado; como pôde ser firmado tal termo de cooperação uma vez que, na audiência pública da Comissão de Administração Pública, a Comunitas tinha situação irregular no Cadastro Geral de Convenientes e não tinha Certidão Negativa de Débito da Receita Federal; como pôde ser firmado o referido termo de cooperação sem observar tais fatos; à existência de alguma forma de compartilhamento de patrimônio público e de servidores públicos entre o Estado e a Comunitas; a quem paga pelos serviços prestados pela Comunitas, com a identificação nominal dos parceiros; e, ainda, considerando-se que o Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável é um programa amplo que busca estabelecer uma simbiose entre poder público e a iniciativa privada, questiona-se se a referida organização também está colaborando com o regime de recuperação fiscal a ser proposto pelo governo.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

9) Regime de recuperação fiscal do Estado

Sobre essa temática foi solicitado pelos parlamentares que o secretário esclarecesse a real posição do governo sobre a redução de impostos e sobre os projetos do regime de recuperação fiscal do Estado, esclarecendo se esses projetos envolvem a privatização de empresas públicas. Questionou-se também se o governo pretende vender a Codemig.

Nesse contexto, o secretário afirmou que muitas medidas estão sendo tomadas no Estado visando ao equilíbrio das contas públicas. Afirmou que foram reduzidos 18.750 cargos de servidores designados e que, além das reduções previstas na reforma administrativa, houve uma redução de servidores terceirizados, principalmente da MGS. Essa redução foi maior que a prevista e vai superar os 227 milhões na soma dos dados. Quanto à Codemig, afirmou que a operação financeira que se pretende fazer não significa alienação de suas ações, assim não está sendo vendida nenhuma parte da Codemig. Em relação à redução da tributação estadual, essa é uma meta de longo prazo.

Compromissos do Secretário

Redução da Tributação: Reduzir a tributação no Estado é uma meta de longo prazo.

Alienação da Codemig: Afirmou que a operação financeira que se pretende fazer não significa alienação de ações, assim não está sendo vendida nenhuma parte da Codemig.

COMPROMISSOS

RQN nº 3.324/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre os projetos que compõem o programa de recuperação fiscal, especificando quais são esses projetos e quais os itens estratégicos que compõem esse conjunto de propostas.

RQN nº 3.321/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre quais são as ações projetadas pelo governo para viabilizar a economia de R\$ 1,9 bilhões no gasto com custeio prevista na despesa estimada pelo projeto de lei do orçamento para 2020, e quais serão os impactos que essa redução poderá causar na qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

REQUERIMENTOS

10) Impacto econômico decorrente da Reforma Administrativa

A reforma administrativa realizada pela atual gestão também foi amplamente discutida na reunião. Parlamentares questionaram se as medidas adotadas geraram realmente uma economia aos cofres públicos e, em caso positivo, onde foram aplicados os recursos economizados. O secretário asseverou que houve o enxugamento da máquina administrativa com a redução de 18.750 servidores designados e com a redução do número de servidores terceirizados, principalmente na

MGS. Segundo ele, essa redução trouxe economia da ordem de R\$ 227 milhões.

RQN nº 3.331/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre o impacto econômico que a reforma administrativa, feita por meio da Lei nº 23.304, de 2019, trouxe; sobre se houve um compromisso de sua parte de que essa reforma com redução de secretarias e cargos geraria um impacto na despesa do Estado na ordem de R\$19.000.000,00 mensais, com economia anual projetada em R\$227.000.000,00; sobre se efetivamente está havendo essa economia e sobre a destinação dos valores que eventualmente estejam sendo economizados.

REQUERIMENTO

11) Inconsistência nos dados relativos ao Funcafé

Durante as discussões, foi questionada a inconsistência nos dados relativos ao Funcafé. De acordo com parlamentares, no 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza, o secretário afirmou que a previsão é que em 2020 se aumente o limite para o repasse em Minas Gerais de R\$ 700 milhões para R\$ 1 bilhão. Entretanto, no 2º ciclo, o secretário asseverou que os recursos disponíveis seriam de R\$ 255 milhões.

RQN nº 3.328/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre a previsão de investimentos do Funcafé, tendo em vista a incoerência entre os dados apresentados no primeiro e no segundo ciclos do Assembleia Fiscaliza. No primeiro ciclo, afirmou-se que a previsão é que em 2020 se aumente o limite para o repasse de R\$700.000.000,00 para R\$1.000.000.000,00 e, no segundo ciclo, o valor apresentado foi de R\$255.000.000,00.

REQUERIMENTO

12) Casacor Minas/2019

Também houve questionamentos dos parlamentares em relação à ausência de cobrança de aluguel do espaço onde foi realizado a Casacor Minas/2019. O evento foi realizado no Palácio das Mangabeiras entre 3/9 e 13/10/2019, e, de acordo com informações apresentadas, o Estado não recebeu qualquer quantia como contraprestação pela ocupação do espaço para realização do evento, cuja entrada para o público não foi gratuita.

O Secretário informou que o Palácio foi desafetado, passando para a categoria de bem dominical

por meio do Decreto Estadual nº 47.667 e cedido à Codemge. A Codemge então celebrou um contrato de cessão de uso com a Multi Promoções Limitada, para que a cessionária ocupe o palácio durante seis meses anualmente até 2022 para realização da Casacor. A cessão desse uso é onerosa, tendo como contrapartida o valor estimado em R\$1.870.000.000,00 para despesas com manutenção, limpeza, energia e água, acrescidos de R\$416.000,00 para despesas com a realização de melhorias. Informou também que a contratação entre a Codemge e a Casacor não foi precedida de certame licitatório por se tratar de contratação diretamente vinculada ao exercício de sua atividade. Acrescentou que a realização do referido evento trouxe uma importante recuperação ao Palácio: o jardim voltou a ser o que estava previsto no projeto inicial de Burle Marx e o imóvel foi restaurado.

RQN nº 3.332/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre a ausência de cobrança de aluguel pelo espaço onde foi realizada a Casacor Minas 2019, e se houve apenas uma cessão onerosa de custo e sobre o motivo para o Estado não cobrar aluguel do responsável pelo evento.

REQUERIMENTO

Além desses temas, que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as questões destacadas a seguir:

- **Dívida ativa do Estado** – parlamentares questionaram sobre o valor atual da dívida inscrita em dívida ativa no Estado e que medidas estariam sendo adotadas pelo Poder Executivo para recuperação desses créditos.
- **Impacto da Reforma da Previdência sobre as contas do Estado** – argumentou-se que, com a aprovação da Reforma Administrativa em âmbito federal e da PEC Paralela, o Estado teria um custo altíssimo, podendo significar uma grande tragédia para as contas públicas do Estado.
- **Escolas cívico-militares** – Houve questionamentos sobre a intenção do Governo de adotar o modelo de escolas cívico-militares no Estado e sobre a pretensão de envolver militares, sem formação específica, na gestão dessas escolas.

RQN nº 3.300/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre o valor atual da dívida inscrita em dívida ativa no Estado e as medidas que estão sendo adotadas pelo Poder Executivo para recuperação desses créditos.

RQN nº 3.326/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre o impacto que a Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2019 – PEC Paralela da Reforma da Previdência -, que tramita no Congresso Nacional, poderá ter sobre as contas públicas do Estado, caso seja aprovada.

RQN nº 3.325/2019 (Comissão de Administração Pública)

Pedido de informações sobre como o governo pretende adotar o modelo de escolas cívico-militares no Estado e se, de fato, pretende alocar militares, sem formação específica, na gestão dessas escolas.